COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
R. Pinheiro Chagas, 77-2º E
1000 LISBOA

TL 6483 - 16

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Fernando Amaral

Lisboa, 10 de Setembro de 1986

Senhor Presidente

Como é já do conhecimento público, foi preso em Jacarta no passado dia 3 de Setembro o estudante de Timor-Leste Antonino Gonçalves. Levado pelas forças de segurança indonésias para local até hoje desconhecido, Antonino Gonçalves foi preso na Universidade Católica de Jacarta, onde frequentava o último ano do curso de Direito. Receando que seja submetido à tortura ou que "desapareça", diversas Organizações Não-Governamentais, entre as quais a Amnistia Internacional, a Pax Romana e a Pax Christi, lançaram um apelo à opinião pública para que manifestasse a sua preocupação e repúdio pela prisão arbitrária de Antonino Gonçalves.

Antonino Gonçalves foi sargento do exército português em Timor e participou na resistência ao invasor até 1978, tendo sido preso várias vezes. A sua mulher, pais e sogros foram assassinados pelas forças indonésias em 1978.

No seguimento destas notícias, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere recolheu nos últimos dias 1539 assinaturas que expressam a vontade de que sejam feitas todas as diligências no sentido de obter o mais rapidamente possível a libertação de Antonino Gonçalves, assim como de se conseguir que a sua integridade física seja respeitada e a sua possibilidade de acesso às garantias de defesa internacionalmente aceites seja uma realidade.

Senhor Presidente, junto deixamos o apelo para que se empenhe neste caso, que merece toda a nossa atenção humanitária e política. Portugal, como potência administrante de Timor-Leste, não pode alhear-se das responsabilidades particulares que lhe cabem, inclusive na defesa da vida dos timorenses.

Com toda a nossa consideração

os melhores cumprimentos

Pela COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

Luís Teotónio Pereira